

Partidos políticos pretendem retardar votação

BRASÍLIA — Os partidos políticos vão prorrogar o quanto puderem a votação do orçamento do ano que vem. A idéia é simples: passado o primeiro turno, as alianças acontecerão e com elas a decisão sobre que quantidade de verba deverá dispor o futuro governo. Por enquanto, qualquer alteração no texto enviado ao Congresso pelo Executivo na última segunda-feira seria um tiro no escuro.

— Para alterar qualquer coisa neste orçamento é preciso primeiro ter uma definição do primeiro turno — opina o Senador Carlos Chiarelli.

Ele, que foi Líder do PFL e hoje é um dos coordenadores da

campanha do candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, lembra que a legislação permite a prorrogação desta votação até mesmo para depois do prazo das sessões ordinárias. A tranquilidade em relação ao assunto é tão grande que nenhuma bancada ainda se mobilizou para avaliar a proposta de orçamento do atual Governo.

— É um absurdo! Não há mobilização de nenhuma bancada. Eu é que, por iniciativa própria, estive analisando o orçamento e descobri que os ministérios militares foram contemplados com verbas superiores às destinadas

a outras pastas — diz o deputado José Genoíno (PT-SP).

Já o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) diz que possivelmente serão elaboradas algumas emendas à proposta de orçamento, e que tudo isto será feito com muita calma a partir de hoje, quando se escolherá o presidente e o relator da comissão responsável pelo assunto.

O Deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) diz que o orçamento não pode nem será avaliado superficialmente, e que os parlamentares tomarão o tempo que julgarem necessário para estudarem item por item do orçamento da União.